

## SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

9, 10 e 11 de maio de 1997 - Campo Grande/MS

(uma síntese dos painéis e alguns indicadores de ação apresentados)

***A lei não pode  
fazer com que a  
pessoa me ame,  
mas pode fazer  
com que ela não  
me elimine***

Martin Luther King

Detectamos nos últimos 20 anos mudanças qualitativas e perceptíveis no cotidiano da população negra brasileira.

Ampliamos a nossa auto-estima, o movimento negro consegue alcançar uma razoável visibilidade na cena pública. Temos uma representação pequena mas expressiva em espaços de decisão. No interior do PT notamos que a nossa organização é respeitada e registamos o aumento do número de negros e negras concorrendo a cargos eletivos e participando da direção de nossas instâncias partidárias

Como uma resultante da intervenção do movimento negro, desde a década de oitenta o Estado tem incorporado algumas de nossas reivindicações históricas, que significam conquistas importantes no plano jurídico-institucional. Mas não têm como significado uma melhor distribuição de poder e o discurso liberal de igualdade formal não atende a superação das diferenças raciais e das desigualdades. Esta desigualdade é secular e não vai ser combatida apenas universalizando direitos - o Estado brasileiro foi fundado tendo como um objetivo, entre outros, manter as desigualdades raciais no país. É preciso dizer que a igualdade formal não implica em igualdade de fato. Ela demanda uma intervenção ativa do Estado, cuidando de aspectos fundamentais para a sociedade, inclusive de políticas destinadas a grupos específicos como mulheres, negros, os portadores de deficiência e aos indígenas.

A Constituição de 1988 inovou em dispositivos que prevêm ações afirmativas, (trabalho da mulher, cotas para deficientes, progressividade dos impostos). Ao criminalizar o racismo reconheceu também sua existência e, conseqüentemente, a existência de desigualdades raciais - o Brasil é um país racista!

Isso abre brechas e a possibilidade do Estado, hoje, incorporar iniciativas de políticas públicas voltadas a essa questão - a desigualdade racial - é real. Há problemas que podem ser resolvidos aqui e agora, mesmo

entendendo que as diferenças raciais não serão superadas, da noite para o dia, em nosso país.

São políticas de ação afirmativa que não visam, diretamente, combater o racismo e a discriminação. Tem como um primeiro objetivo implementar políticas de promoção de igualdade e garantir a igualdade de oportunidades, em específico para a população negra brasileira.

Mesmo reconhecendo os limites dessas políticas (serão insuficientes para transformações radicais em nossa sociedade), não podemos ficar projetando para um futuro ideal o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil. O maior legado que podemos deixar à nova geração de militantes anti-racistas é não só ter derrubado o mito da democracia racial, mas também apontar novos caminhos.

Em nossa prática partidária, a partir de nossa organização e influência da militância negra petista, verificamos alguns avanços.

Na última disputa presidencial, o programa de governo apresentado ao debate eleitoral pelo companheiro Lula continha um item: A CIDADANIA DOS NEGROS. Esse item além de um diagnóstico do quadro de miséria e desagregação que vitima a maioria dos brasileiros e das consequências da histórica postura criminosa do Estado no trato das desigualdades raciais, apresentou propostas visando A IGUALDADE DE DIREITOS, DE OPORTUNIDADE E DE TRATAMENTO, de IGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL, para a população negra, como integrantes de um novo modelo do desenvolvimento para o Brasil.

Parte dessas propostas foram e estão sendo adequadas e implementadas no Executivo, em alguns de nossos governos. Como Exemplo citamos o programa OPORTUNIDADES IGUAIS PARA TODOS, instalado na cidade de Belo Horizonte-MG pelo então prefeito Patrus Ananias. No plano legislativo essas propostas aparecem em projetos apresentados por nossos vereadores Deputados Estaduais e Federais.

Esse acúmulo porém é insuficiente. Exemplificando, o Orçamento Participativo é implementado, com êxitos, nas prefeituras petistas a partir de uma lógica universal, na qual participam as organizações consideradas legítimas por essa lógica. Indagamos, como tem sido a participação de organizações sociais preocupadas com a diversidade étnica e de gênero das populações dessas cidades? Estas organizações tem suas demandas específicas, não necessariamente compreendidas e incorporadas por outros setores e como nossos prefeitos e prefeitas tem tratado esse problema?

Com a realização desse Seminário, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, introduz de forma mais sistematizada e organizada esse debate em nosso Partido.

## **INDICADORES DE AÇÃO**

Visando a ampliação do debate sobre políticas de ação afirmativa para além dos espaços estatais e a sua inserção nos movimentos sociais e nos

partidos políticos, de forma direta junto ao Partido dos Trabalhadores, o Seminário apontou para alguns indicadores de ação:

- viabilizar uma publicação com os conteúdos do seminário;
- pautar o debate sobre relações raciais e políticas públicas, em conjunto com a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, com os nossos governos e parlamentares;
- articular, em conjunto com nossa bancada de parlamentares no Congresso Nacional, a realização em 1997, de um Seminário sobre o tema, dirigido ao conjunto dos parlamentares do nosso partido, preocupados com a questão anti-racista;
- implementar a constituição de um Banco de Dados com os projetos de nossos parlamentares e ações de nossos governos municipais e estaduais, contendo políticas públicas de combate ao racismo, de promoção de igualdade e garantia de oportunidades para a população negra.

Campo Grande, 16 de Maio de 1997